



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04

Processo: 2203002/2021
Fls. 52
Rubrica:



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2203002/2021

PARECER JURÍDICO Nº: 0407PJ/2021

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA AGED – AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DESTE MUNICÍPIO DE BOM LUGAR – MA.

VALOR GLOBAL: R\$ 16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

BASE LEGAL Nº Art. 24, X da Lei 8666/93.

Análise jurídica formal sobre o processo de dispensa de licitação para Locação de imóvel para o funcionamento da AGED – Agência de Defesa Agropecuária, de interesse da Secretaria de Agricultura deste Município de Bom Lugar – MA, pelo valor global de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), e análise jurídica formal sobre a minuta do contrato.

I – RESUMO

O ordenador de despesa da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento deste município, Sr. Agamenon Sampaio de Melo, enviou a esta assessoria jurídica o Processo de Dispensa de Licitação nº 015/2021, que tem como objeto a contratação direta com dispensa de licitação da pessoa física **AUDENICE ARAÚJO SILVA, CPF: 961.744.203-53**, para locação de imóvel para o funcionamento da AGED – Agência de Defesa Agropecuária, de interesse da Secretaria de Agricultura deste Município de Bom Lugar – MA, pelo valor global de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), com fulcro no art. 24, X da Lei 8666/93, para emissão de parecer.

Eis os fatos mais relevantes.

II – PARECER

A licitação nos contratos é a regra, porém a Lei 8.666/93 apresenta situações especiais em que poderá haver a dispensa da licitação nas contratações feitas pela Administração Pública.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo:	722/2021
Fls.	53
Pratica:	

Como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei.

A respeito do procedimento de dispensa de licitação, este configura-se como uma possibilidade de celebração direta de contrato entre a Administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24, da Lei 8.666/93.

O art. 24 da Lei 8666/93 enumerou expressamente as hipóteses de dispensa de licitação, sendo este rol taxativo.

Ora o inciso X do referido art. 24 da Lei 8666/93, ampara e justifica a contratação direta por dispensa de licitação, conforme delineado abaixo:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

A previsão legal acima mencionada, ampara a contratação pleiteada no processo em epígrafe, posto ter o valor da pretendida contratação, importado em R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).

No tocante a minuta do contrato, esta atende ao disposto previsto no art. 55 da Lei 8666/93.

Desta feita, **OPINO**, pela contratação direta com dispensa de licitação da pessoa física **AUDENICE ARAÚJO SILVA**, CPF: 961.744.203-53, para locação de imóvel para o funcionamento da AGED – Agência de Defesa Agropecuária, de interesse da Secretaria de Agricultura deste Município de Bom Lugar – MA, pelo valor global de 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), com fulcro no art. 24, X da Lei 8666/93.

É O PARECER.

Bom Lugar/MA, em 07 de abril de 2021



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo:	2203002 / 2021
Fls.:	54
Rubrica:	


MANOEL SILVA MONTEIRO NETO
Assessoria Jurídica – OAB/MA 17.700 – Gabinete
PORTARIA 010/2021